

## ESTUDANTES SE REÚNEM COM FUNDASP E REITORIA E CONQUISTAM VITÓRIAS

Na terça-feira, 24/3, cerca de 20 estudantes, representantes de diversos cursos da PUC-SP, se reuniram com Anna Cintra, reitora nomeada da universidade, com o Pe. Rodolpho Perazzolo, secretário-executivo da Fundasp, e com o Prof. Antônio Carlos Malheiros, da Faculdade de Direito, que atuou como mediador do encontro.

Também esteve presente na reunião o Pe. Julio Lancelloti, que ajudou os estudantes a conquistarem a abertura do diálogo com a Fundasp, um dos principais motivos que levou a reitoria a ser ocupada na semana anterior.

No dia 23/3, segunda-feira, ocorreu na PUC-SP uma assembleia geral dos estudantes, de onde saíram as pautas a serem discutidas na reunião com a Fundasp. Como assunto prioritário e inegociável, ficou a não criminalização dos alunos que ocuparam a reitoria e que participaram das movimentações. Além disso, também seria pedida uma retratação por parte da universidade acerca da deturpação que se fez do movimento.

No primeiro ponto, a Fundasp e a reitoria se comprometeram a não levar adiante nenhum processo interno ou externo contra os estudantes que participaram da mobilização, desde que os envolvidos arquem com os gastos de conserto da porta que foi danificada durante a entrada na reitoria.

### RETRATAÇÃO

Já quanto à retratação pública não houve acordo: tanto a rei-



VALDIR MENGARDO

Estudantes se encontram com representantes da Reitoria e Fundasp

tora quanto o secretário executivo se recusaram a fazê-la. O professor Malheiros propôs, então, que ao menos fosse escrita uma nota sobre a ideia divulgada pela reitoria de que o único motivo de ocupação era a proibição de festas no campus. Anna Cintra aceitou positivamente, mas ainda não há nada acertado.

As outras pautas levadas pelos estudantes foram: a volta do subsídio do bandeirão para todos os alunos e bolsa-alimentação integral para todos os bolsistas; audiência pública com a reitoria e a Fundasp; abertura de contas da Universidade; passe livre estudantil para bolsistas; fim da precarização do contrato de

trabalho dos professores e a construção de uma creche financiada pela PUC.

### AUDIÊNCIA PÚBLICA

Sobre a audiência pública, o professor Malheiros propôs que

continua na próxima página

## Má fé ou burrice?

No encontro que tiveram com Reitoria e Fundasp, dia 24, os estudantes bem que tentaram arrancar uma retratação das acusações contidas na nota da instituição sobre a ocupação da Reitoria, com o seguinte teor: "A direção da Universidade credita como estopim desta invasão o duro e necessário trabalho que vem realizando para combater a realização de festas e consumo de substâncias ilícitas dentro do campus Monte Alegre". No entanto, resposta das autoridades foi negativa.

Ao esconder as reais motivações da ocupação (falta de diálogo e outras reivindicações, inclusive bolsas de estudos e redução no preço do bandeirão), distorcer a realidade e tentar desqualificar o movimento dos estudantes, a direção da Universidade deu vários tiros nos próprios pés, pois revelou a sua má fé intelectual e divulgou para toda a imprensa uma visão rebaixada e preconceituosa da comunidade universitária. Na sua retórica reacionária e policialesca, Reitoria e Fundasp difa-

maram a imagem da PUC-SP.

Está certo que a reitora biônica e os secretários executivos da Fundasp estão muito longe de merecer a confiança de estudantes, professores e funcionários, já que sistematicamente atuam contra a comunidade. Mas deveriam, ao menos, evitar tamanha lambança pública e se ater à veracidade dos fatos. Poderiam, isso sim, conhecer mais, dialogar mais e respeitar mais quem estuda e trabalha na PUC-SP.

**Diretoria da APROPUC**

continuação da página anterior

ocorra uma próxima reunião para definir os moldes, data, horário e local de uma audiência, apesar de o Pe. Perazzolo já ter dito que não vê a necessidade da mesma. A ideia ainda será discutida entre os estudantes.

Sobre o bandeijão, o secretário executivo propôs a contemplação de bolsa integral para todos os bolsistas que se inscreveram no edital (cerca de 800) e a ampliação do prazo para que outros estudantes se inscrevam no edital que concede 50% de desconto. Esse também é um assunto que ainda será discutido entre os alunos.

## DEMISSÕES

Acerca da demissão de professores, Perazzolo disse que já havia falado com a diretoria da APROPUC sobre a questão e que elas aconteceram em caráter excepcional, mas de agora em diante elas não ocorrerão sem comunicação.

A APROPUC, porém, apesar de ouvir as explicações do secretário-executivo, sempre se posicionou contra a adoção de medidas como a demissão para resolver problemas financeiros da instituição.

Já quanto ao passe livre, a Fundasp deu a entender que isso ainda não aconteceu por falhas no setor de relações comunitárias (PAC). Sobre a construção da creche, a Fundação disse que é preciso a elaboração de um projeto com participação de estudantes, professores e funcionários. O professor Malheiros propôs então que isso, e também outras questões que tratam de políticas de acesso e permanência, seja tratado em um Núcleo de Direitos Humanos, uma comissão que contaria com a participação dos três setores da universidade.

Durante esta semana devem ocorrer assembleias dos cursos e uma assembleia geral dos estudantes para que seja possível definir um posicionamento unificado para as questões que ficaram em aberto.

# Consun debate extinção dos departamentos e balanço da PUC-SP

Na sessão ordinária do Conselho Universitário (Consun) realizada no dia 25/3, no campus Santana, dois assuntos polarizaram a discussão. O pedido da Fundação São Paulo (Fundasp) para que o Consun reveja a necessidade dos departamentos e o balanço da PUC-SP. Logo de início a professora Anna Cintra leu a carta da Fundasp em que a mantenedora solicita ao Consun que seja rediscutida a necessidade da existência dos departamentos, uma vez que, para a mantenedora, há sobreposição de estruturas, os agrupamentos de professores nos departamentos nem sempre levam em conta as áreas epistemológicas para as quais os professores são contratados e, em várias instituições, os departamentos deixaram de existir.

Os conselheiros, depois de uma longa discussão, resolveram acolher o pedido e organizaram uma comissão para estudar o assunto. Porém, lembraram que o departamento, segundo a definição estatutária, é a unidade básica da instituição e não poderá ser suprimido ou mesmo ter seu caráter modificado se não houver uma mudança estatutária.

## BALANÇO

Já no item de balanço o controller da PUC-SP Mario Candido apresentou o texto que deverá ser discutido pelo Conselho Superior da Fundasp antes de ser publicado nos jornais. Segundo Mário, o balanço revela uma pequena melhora nos ativos financeiros da instituição, uma vez que o resultado final mostra um resultado positivo de aproximadamente R\$ 1 milhão. Porém, o que causa preocupação é que o número de alunos na graduação e, principalmente na Cogea, vem decrescendo, havendo uma estabilização na pós-graduação.

Cerca de 71,4% da receita bruta foi comprometida com folha de pagamento, quando o ideal seria

68%. Esses números podem levar à conclusão de que a melhora no comportamento financeiro da PUC-SP só foi possível graças às demissões e que para se atingir os objetivos de comprometimento financeiro com a folha de pagamento sejam necessários novos cortes.

A estreita margem de lucro da instituição também deixa preocupações quanto à renovação de sua infraestrutura, o que faz a instituição recorrer a novos financiamentos externos. Quanto à resposta do Consad ao Consua

reitor nomeada informou que não houve tempo para a resposta em virtude da ocupação dos estudantes, mas que ela deve acontecer nos próximos dias.

A representante discente de Ciências Sociais, por sua vez, relatou na reunião as negociações efetuadas entre o Consad e os alunos, após a ocupação da Reitoria. A aluna sinalizou positivamente à retomada do diálogo. Abaixo transcrevemos também a manifestação da Faculdade de Ciências Sociais sobre o acontecimento.

## Manifesto da Faculdade de Ciências Sociais

A FACSOC, por meio da sua comunidade docente e discente, vem manifestar a sua indignação diante da falta de diálogo da Reitoria com a comunidade acadêmica puquiiana e essa Faculdade em particular.

Observamos, com extrema preocupação, a política de recorrer à força policial para resolver questões que deveriam ser objeto de debate, bem como a tentativa de criminalizar as lideranças estudantis, ao solicitar à Polícia Estadual a abertura de inquérito, sem qualquer fundamento, contra alguns desses jovens. A PUC-SP tem uma história de participação, exercício democrático e construção conjunta de um projeto voltado para a formação de cidadãos críticos e profissionais comprometidos e competentes.

Assim sendo, solicitamos:

✓ que sejam suspensos os atos de criminalização e que se abra o

diálogo permanente!

✓ que sejam retiradas as acusações sobre nossos alunos!

Queremos resgatar a essência da PUC-SP, de educar e não reprimir, construído coletivamente com diálogo, transparência, acolhida, autonomia e envolvimento, por meio de uma luta histórica que sempre esteve comprometida com a liberdade, a justiça e a igualdade.

Nossas considerações têm como único intuito a proteção e manutenção desse legado cultural e político que é a PUC-SP, fruto do trabalho e dedicação do seu corpo docente e discente, e da alta integração entre os setores que compõem nosso universo acadêmico.

**Faculdade de Ciências Sociais**

*O Departamento de Jornalismo também manifestou a sua solidariedade com o movimento dos estudantes.*

## PROFESSOR,

Se você tem direito à dívida relativa ao dissídio de 2005 deve se cadastrar no endereço eletrônico

[http://www.sinprosp.org.br/processos\\_cadastro\\_login.asp](http://www.sinprosp.org.br/processos_cadastro_login.asp)

Ao acessar a página, selecione a opção "PUC (Fundação São Paulo) (053/2010) - Reajuste 7,66%"

# NAGAMINE



*Nagamine ladeado por seus colegas durante a comemoração dos seus 50 anos de PUC-SP em 2011*

A PUC-SP perdeu no sábado, 21/3, um pedaço de sua história, José Massufumi Nagamine, coordenador da Consultoria Técnica de Apoio à Gestão (Consulteg) faleceu aos 80 anos de idade. O professor Nagamine, como era carinhosamente conhecido pelos seus colegas, foi um dos mais longevos funcionários da PUC-SP.

Ao ingressar na PUC-SP, em 1961, como secretário do monsenhor Enzo Guzzo, diretor da Faculdade de Filosofia São Bento, que então fazia parte da universidade, Nagamine através de sua competência logo seria chamado pelo ex-reitor Bandeira de Mello para constituir a famosa Assessoria Técnica de Planejamento (ATP). Mais tarde coordenou a Consultec

que, após a gestão Maura Vêras, se transformaria na atual Consulteg.

Nagamine foi um dos sócios fundadores da AFA-PUC em 1978, formando-se em Direito pela PUC-SP no final da década de 60, em uma turma da qual faziam parte o ex-reitor Luiz Eduardo Wanderley, Rubens Ricúpero e Fabio Comparato. Também na década de 60 participou da militância da JUC - Juventude Universitária Católica.

Publicou pela Educ em 1997, "Universidade e Compromisso Social", no qual traçava um perfil da PUC-SP na história da universidade brasileira. "Nós, que protagonizamos o processo de reforma da PUC-SP nos anos 70 e 80, desenvolvíamos, diuturnamente,

uma aguda consciência crítica e um alto senso de responsabilidade intelectual, traduzidos no compromisso com a compreensão e transformação da sociedade brasileira enquanto elo que nos ligava ao desenvolvimento de toda a humanidade", dizia Nagamine na introdução do livro.

## AMIGO

O professor Nagamine será sempre lembrado pelos funcionários que estiveram ao seu lado como um eterno amigo. Para Stefania Watanabe, da Consulteg, "Ele nunca foi um chefe, mas um amigo, um pai, sempre nos orientando. Ele queria a nossa ascensão na carreira e para isto cobrava que fizéssemos cursos e aperfeiçoamentos. Chegava invariavelmente

cedo e ficava trocando as suas ideias com a gente".

Como descreveu o Jornal da PUC-SP, em matéria de 2004, "(...) José Massafumi Nagamine, chega à universidade por volta das sete da manhã. Às vezes percorre o mesmo caminho mais uma vez, quando resolve almoçar em casa. Nesses dias é possível ver uma figura não muito alta, passar pelos corredores do Prédio Velho em direção à saída da Monte Alegre, discretamente, pisando nos tacos sem fazer barulho".

Segundo seus colegas da Consulteg e de boa parte desta PUC-SP que ele ajudou a construir, José Nagamine deixará muita saudade de sua presença constante por uma universidade que foi a sua vida.

# ASSEMBLEIA DOS FUNCIONÁRIOS

## 31/3

### 14h

### Auditório 333

**Informes** ✓ **Dissídio** ✓ **Acordo Interno de Trabalho** ✓ **Balanço Financeiro**  
 ✓ **Eleições para diretoria e Conselho Fiscal da AFAPUC**



## FALA COMUNIDADE

# Brasil de hoje é fruto do golpe de 1964

*Hamilton Octavio de Souza*

O golpe militar de 1964 impôs não apenas 21 anos de ditadura, mas também o ambiente político e cultural que possibilitou no período da redemocratização ao neoliberalismo aportar com tudo no território brasileiro, estimulado pelas elites empresariais, saudado pelas classes médias e engolido pelos trabalhadores sem maiores resistências.

Em plena Guerra Fria, com o imperialismo norte-americano jogando pesado contra os blocos socialista e terceiro mundista, o golpe interrompeu o processo de reformas de base articulado por lideranças trabalhistas com o governo João Goulart. As reformas faziam sentido no bojo do desenvolvimento industrial das décadas de 40 e 50, e representavam a justa cobrança dos trabalhadores no acerto de contas com o capital, especialmente para virar a página do atraso oligárquico.

Com o golpe, a experiência educacional transformadora foi duramente reprimida e todo o sistema passou a ser controlado de cima para baixo, com rígida vigilância. Tanto é que inúmeros professores e projetos educacionais mais avançados foram banidos. Ao mesmo tempo acelerou-se o processo de privatização do ensino superior. Foram criadas as fundações sem fins lucrativos” que enriqueceram tanta gente. As fábricas de diplomas ganharam status de faculdades e universida-

des. O sistema criado na ditadura permanece intacto, não apenas vigora até hoje, como é um dos pilares de formação e sustentação intelectual do neoliberalismo.

O projeto de reforma agrária de Celso Furtado, que o governo João Goulart ensaiava colocar em prática, previa a desapropriação de todas as terras ao longo das rodovias e ferrovias, de forma que se pudessem assentar rapidamente todas as famílias que quisessem trabalhar na terra. O golpe de 1964 abortou a reforma agrária e até hoje o Brasil não conseguiu resolver a secular questão agrária e nem criar um modelo para o desenvolvimento da agricultura familiar, a produção de alimentos e a proteção ambiental. Ao contrário, o Brasil agora convive com o latifúndio improdutivo e com o latifúndio do agronegócio a concentração da terra voltada para a exportação (soja, eucalipto, cana e pecuária), altamente destruidora das reservas florestais, dos recursos hídricos e do meio ambiente.

Nem bem o Brasil saiu da ditadura militar, em 1985, e as elites brasileiras já estavam salivando para privatizar o patrimônio público acumulado nos anos de centralização e de estatização, quando os gestores do regime endividaram o País e o povo brasileiro com inúmeros projetos faraônicos. A ditadura acelerou a destruição da Amazônia com a rodovia Transamazônica e os projetos fracassados de colonização; a ditadura acelerou

a destruição dos recursos hídricos com os projetos de grandes hidrelétricas; a ditadura acelerou a destruição cultural do Brasil com os seus projetos autoritários de educação e comunicações. O apoio da ditadura à TV Globo e às demais redes de televisão foi decisivo para formar gerações alienadas com a cabeça no consumo e no circo. O sistema de controle da informação e da cultura montado pela ditadura continua intacto até hoje sob o domínio de alguns grupos empresariais e coronéis eletrônicos espalhados no território nacional.

Nem bem o país saiu da ditadura e ingressou no neoliberalismo, as elites brasileiras avançaram sobre os direitos dos trabalhadores, retiraram conquistas de décadas, investiram pesado nas flexibilizações e desregulamentações” da legislação trabalhista e social, passaram a arrochar sistematicamente os salários, colocaram milhões na informalidade e no desemprego estrutural. Isso só foi possível porque a sociedade brasileira moldada pelos 21 anos de ditadura apagou da memória e da história oficial as lutas feitas e as reformas sonhadas antes de 1964. Depois das eleições de 1989, quando as forças democráticas, populares e de esquerda foram derrotadas pelo neocoronelismo apoiado pela velha imprensa empresarial e pelo aparato televisivo construído pelo regime militar, a resistência democrática e popular entrou em declínio, importantes setores da esquerda se renderam ou foram cooptados pelo mode-

lo político-econômico, as propostas transformadoras e socializantes desapareceram dos sindicatos e das universidades. É nesse quadro que o movimento social ainda tenta se reerguer com muita dificuldade.

Basta lembrar que toda a imprensa brasileira com exceção do jornal Última Hora apoiou o golpe militar de 1964, na defesa dos interesses dos fazendeiros, do capital industrial nacional e do capital estrangeiro. Da mesma forma, hoje, a grande maioria da imprensa brasileira defende ardentemente os postulados do neoliberalismo, apoia a entrada desenfreada do capital estrangeiro, o sistema financeiro concentrado em grandes bancos e a concentração da terra para o agronegócio. Os motivos de fundo para o golpe de 1964 constituem ainda hoje o programa em vigor das classes dominantes. Isso significa que o golpe de 1964 pode ser considerado completamente vitorioso, pois interrompeu de forma duradoura há 51 anos o que estava sendo ensaiado de transformações em favor das classes trabalhadoras. Desde então os trabalhadores não vivenciaram mais nenhum processo de reformas que pudesse mudar as estruturas do país. O Brasil é hoje mais capitalista do que já foi em toda a sua história. Com todos os problemas que esse sistema produz.

*Hamilton Octavio de Souza é jornalista e professor. Artigo (revisito) publicado originalmente na Revista Espaço Acadêmico nº 78, de novembro de 2007.*

## GAUCHE NA VIDA

# Matemática das manifestações: 13, 15 ou os 90?

*Helena Silvestre*

Me chamo Helena e moro na periferia sul da cidade de São Paulo. Minha família tem origem no nordeste brasileiro e é composta por trabalhadores pobres que não puderam estudar. Meu pai fez a quarta série e minha mãe chegou à sétima série.

Lembro muito bem do tempo em que meu pai defendia o PT: "Quem bate cartão, não vota em patrão". Era um momento da história em que o neoliberalismo generalizava sua implantação na América Latina. Eu era criança e não sabia sequer o que era neoliberalismo. Mas podia sentir o que isso significava nos anos 90. Muitos amigos assassinados, muita violência na periferia resultado imediato e inequívoco da pobreza, do desemprego crescente, das privatizações das coisas e serviços públicos. Quando há crise econômica, poucos ganham muito e muitos não ganham nada, nem migalhas. Lembro-me dos gritos de ordem das manifestações: "Fora já! Fora Já daqui! O FHC e o FMI!".

Nesse intermédio, um momento de estabilidade econômica se deu em nível mundial, no Brasil, Lula se elegeu e um governo de conciliação de classes se estabeleceu no Brasil. Ao contrário do que disse a mídia escrota, o PT não fez um governo que estimulou o "ódio entre as classes", pelo contrário, fez um governo que enriqueceu como nunca barões e banqueiros sob a ideologia de seu slogan "Brasil, um país de todos". A questão é que não se pode governar para todos. Ou se governa para os patrões

ou se governa para os trabalhadores. O PT escolheu seu lado, vejamos que Collor de Mello, Maluf, Renan Calheiros, Michel Temer, todos estes estavam até agora na base do governo. É que, com algum crescimento econômico, o PT escolheu dar muito a poucos, e dar migalhas a muitos. Com isso, pacificou por um tempo curto as reivindicações dos mais pobres.

Isso aconteceu com uma política de "compra de direitos". Você tem o direito de estudar! Basta ter grana para financiar o seu curso e se endividar por anos a fio com o Fies. Você tem direito à moradia! Basta que tenha grana para se endividar anos a fio com o "Minha Casa, Minha Vida".

Acontece que o mundo inteiro vive agora uma crise econômica e a antiga "marolinha" se transforma em Tsunami. Agora, para manter os altos lucros dos ricos é preciso arrancar até as migalhas dos mais pobres. Cortes na educação, cortes na saúde, cortes no seguro desemprego, cortes no PIS, cortes, cortes e mais cortes. Onde? Por acaso cortou-se os juros pagos aos bancos? A decisão é muito clara, como se diz no nordeste, "Farinha pouca, meu pirão primeiro" e a decisão do governo foi a de engordar o pirão dos patrões. Um banqueiro como ministro, Kátia Abreu na agricultura e tantas outras bizarrices das quais a direita deveria se orgulhar!

No Brasil, a direita é extremamente reacionária, atrasada, retrógrada e autoritária. Eles buscam "pacificamente" a ditadura militar, ou seja, o regime político mais violento que já experimentamos. Eles reclamam do governo porque que-

rem voltar a ser eles diretamente a arrancar o couro dos pobres. O que pode a direita falar sobre corrupção? Alckmin tem as mãos sujas pelo dinheiro da corrupção no metrô e tem as mãos molhadas pelo sucateamento e privatização gradual da Sabesp que atiraram o povo de São Paulo numa crise de transportes e na profunda crise da água. Estão todos envolvidos no esquema Lava Jato, esquema que existe, aliás, desde o governo de FHC.

Há muita gente descontente com os governos. É preciso que nós, a esquerda que se coloca como oposição de esquerda ao governo, tome nas mãos as tarefas de denunciar e de esclarecer os trabalhadores sobre o que está acontecendo. É preciso deixar claro que nem as manifestações do dia 13, nem as manifestações do dia 15 representam projetos econômicos diferentes, são diversas na forma, mas iguais no conteúdo, na essência. É preciso reconstruir a ideia de que podemos nos organizar novamente, que se nenhum caminho nos serve, nós trabalhadores que constroem todas as estradas, precisamos construir o nosso próprio caminho. A ditadura não é solução, o PSDB não é solução, o PT não é solução.

Nossa saída começa por baixo, começa no campo com os trabalhadores sem terra, com os superexplorados cortadores de cana, começa no chão das fábricas, na organização dos estudantes nas escolas, nos bairros pobres, nas ocupações de sem tetos, nos jovens negros da periferia que lutam para sobreviver ao desemprego, ao desamparo e ao genocídio. Começa com os indígenas, massacrados em todos os governos de

sempre e dos quilombolas assassinados. Nossa saída começa nas greves, nas paralisações, começa nas assembleias, nos movimentos.

Só no povo organizado, só na luta nas ruas por um governo dos trabalhadores, para os trabalhadores é que se pode apostar todas as fichas. Os anos de aparente calma se foram junto com as migalhas. O Brasil está dividido? Ora, o Brasil sempre foi dividido. Aqui há gente comprando iates e gente morrendo de fome, há gente enriquecendo com a inflação e gente catando lata nas ruas para sobreviver honestamente. Há gente que trabalha para pagar o aluguel e gente que vive da miséria alheia. A divisão sempre esteve aí. Se não há o suficiente para dar milhões aos ricos e migalhas aos pobres, nosso projeto é que tudo seja de quem tudo constrói, é de que o futuro seja decidido por quem trabalha e tudo constrói, é de que o amanhã pertença àqueles que despertam de manhã bem cedo para sobreviver. Não é mais possível sonhar acordado! É preciso acordar para pôr o sonho em prática! O Brasil não é um país de todos! Hoje ele pertence aos ricos. Lutemos por um Brasil dos trabalhadores.

*Helena Silvestre é militante do Movimento Luta Popular*

**Nesta sessão, apresentamos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana. Se você tiver contribuições (no máximo 5.000 caracteres com espaços), mande ver.**

## FALA COMUNIDADE

# "Universidades" particulares: êxtase do capital, agonia do ensino e da pesquisa

*José Salvador Faro*

Os jornais estão noticiando um suposto abalo financeiro no bolso da facção dos empresários do "ensino" superior particular. Os motivos são curiosos e reveladores: o vai-e-vem nos critérios de concessão de bolsas de estudo do Fies - um dos diversos programas mal-concebidos do governo federal - criou gargalos no fluxo das receitas provenientes do dinheiro público que alimenta várias "universidades" privadas, além da redução no número de estudantes que conseguiram o "benefício" do crédito neste início de ano. Em razão disso, o lobby do setor choraminga na mídia prejuízos inexistentes - se levarmos em conta a gordura financeira que acumularam durante anos.

Parte do segmento do "ensino" superior particular é uma caixa preta que, uma vez aberta por uma investigação independente e honesta, vai exalar um escândalo de proporções semelhantes a esse da operação Lava Jato porque operacionaliza suas atividades atra-

vés da transferência de recursos públicos desonerados para o capital privado nacional e estrangeiro que tem nessa atividade empresarial um filão inesgotável de lucros.

O Fies é apenas um dos mecanismos (ao lado do ProUni, de isenções fiscais e de créditos subsidiados) que consolidou esse processo: foi através dele - sem fiscalização alguma - que as empresas de "ensino" captaram dinheiro de bolsas de estudo - algumas contabilizadas de forma fraudulenta nos registros das "escolas", como noticiou a imprensa. Muitas bad apples no cesto das maçãs, como dizem nos EUA (continue a leitura).

O resultado: "universidades" mal-intencionadas, sem investimento em professores, equipamentos ou o que quer que seja, sustentadas pelo Estado, numa orgia de imoralidade que deixa qualquer empreiteira parecer um convento de freiras carmelitas.

Só para que se tenha uma ideia, desde 2011 o número de contratos do Fies cresceu 374%, mas os valores que o governo paga aos empresários aumentaram 647%. A diferença entre os dois núme-

ros é o tamanho do superfaturamento das "escolas". Uma farsa com os recursos da sociedade...

Pessoalmente, estou convencido de que a benevolência com que os governos - desde a época de FHC - tratam essa turma, naturalmente sob a pressão dos lobbies que atuam no congresso e na área dos ministérios da Fazenda e da Educação, constitui um crime praticado contra os estudantes e contra a própria sociedade.

É claro que Dilma não vai comprar mais essa briga, mas talvez tenha chegado o momento (em benefício da credibilidade da presidente) de ampliar em direção às empresas "universitárias" algum rigoroso rigor (alguma coisa pra valer mesmo) normativo que nos protegesse de suas práticas e restituísse ao Estado a soberania que deve ter sobre a Educação e a produção do conhecimento.

Em tempo 1: o Estadão deu a notícia de que o governo pretende criar um grupo de trabalho para estudar critérios transparentes para a concessão das bolsas do Fies. Tenho uma primeira sugestão para que esse grupo leve a coisa a

bom termo: manter os empresários do "ensino" afastados disso.

Em tempo 2: O presidente da Laureate, um conglomerado internacional que atua no ramo da mercantilização de diplomas universitários diz que a tentativa do governo evitar a sangria de recursos do Fies é uma "limpeza étnica" porque impede alunos mais pobres de chegar ao curso superior. Pergunto: o sr. José Roberto Loureiro, depois de uma afirmação grave como essa, vai ficar impune? E a Laureate vai continuar funcionando?

Em tempo 3: A facção dos empresários que exploram a mercantilização de diplomas universitários anda dizendo que pretende criar um mecanismo próprio de financiamento que livre as "escolas" do controle do MEC. Todo cuidado é pouco nessa hora: não duvido de que a iniciativa pretenda transformar os estudantes em reféns das bolsas e o governo em fiador dos inadimplentes.

*José Salvador Faro é Professor da UMESP e do Departamento de Jornalismo da PUC-SP*

## Direito de resposta

### **Resposta a artigo publicado na edição 941 do informativo PUCviva**

Sobre o artigo publicado pelo ex-aluno Cauê Seignemartin Ameni na edição 941 do informativo PUCviva, a Reitoria tem a esclarecer que não há perseguição nem espionagem a seus alunos, muito menos criminalização dos eventos estudantis. Pelo contrário: a direção da Universidade pretende cuidar de seus estudantes e seu patrimônio, e por isso teve de recorrer à Secretaria de Segurança Pública para denunciar a realização de uma atividade que fazia apologia ao uso de drogas.

Cabe ressaltar que o anúncio/convite do evento, mais do que um "evento satírico", como diz o ex-aluno, mencionava concretamente o uso livre de substâncias ilícitas e informava que ele seria realizado dentro de um dos campi da PUC-SP (embora não houvesse autorização da Instituição). Assim que tomou conhecimento do anúncio/convite, a Universidade tinha por obrigação informar as autoridades responsáveis pelo combate ao crime - e foi o que fez. Tal atitude da

Universidade não pode ser caracterizada como perseguição política: a Reitoria sempre esteve aberta ao diálogo com seus estudantes, inclusive com o próprio autor do artigo. No entanto, a PUC-SP não é e nem será conivente com atividades ilícitas, de qualquer natureza, em suas unidades, e recorrerá aos órgãos públicos sempre que necessário para manter a segurança de seus corpos docente, discente e administrativo.

Por fim, a Universidade esclarece ainda que é exatamente

esse respeito à integridade dos membros da comunidade que faz parecer absurda a afirmação de que "vem coletando e vigiando informações de seus estudantes de forma massiva sem nenhum consentimento". Mais uma vez reafirmamos: tratava-se de um evento com anúncio/convite público, cujo conteúdo de incitação a atividades ilícitas só poderia ter como resposta uma ação firme da Instituição.

**A Reitoria**



## MOVIMENTOS SOCIAIS

# Professores da rede estadual de São Paulo permanecem em greve

Desde o dia 13 de março, os professores da rede estadual de ensino estão em greve, e decidiram fazer, no dia 25, diversas ações e mobilizações por todo o estado. Já na sexta-feira, 27/3, uma nova assembleia foi realizada no vão livre do Masp, pela tarde. O objetivo é cobrar a abertura da negociação com o governo estadual, visto que a principal pauta é o aumento salarial de 75,33%.

Na capital, os profissionais filiados ao Sindicato dos Professores no Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) montaram uma tenda em frente à sede da Secretaria Estadual de Educação, na Praça da República, onde pretendem permanecer até que a secretaria os atenda. A presidenta da Apeoesp, Maria Izabel Azevedo Noronha, informou em entrevista à Agência Brasil, que 139 mil professores aderiram à greve no estado. Ainda disse que o governo chamou diversas entidades ligadas ao magistério para negociação e excluiu o Sindicato dos debates.

“Estamos dizendo que é possível fazer um plano de composição desse valor. É só fazer e querer. Há também a questão referente a desdobrar as salas, que estão superlotadas, e acabar com essa vergonhosa contratação dos professores da categoria”, completou a presidenta.

Em nota, a Secretaria da Educação informou que: “foi em conjunto com os servidores que a secretaria materializou um plano de carreira, que estabeleceu aumento acumulativo de 45% em quatro anos e alçou o

piso salarial paulista a patamar 26% maior do que o nacional. Os profissionais da educação ainda podem conquistar o reajuste salarial anual de 10,5% por meio da valorização pelo mérito. E recebem bônus por resul-

tados obtidos por seus alunos”. Porém, a Apeoesp contesta o valor citado, pois o governo não deu ganho real ou repôs perdas, apenas incorporou as gratificações ao salário-base e o reajuste foi de 27% nos quatro anos.

## 26M é marcado por resistência na PUC-SP

No dia 26 de março estudantes de todo o Brasil realizaram debates, manifestações e diversas ações em defesa da educação e contra cortes. O chamado 26M teve como grande bandeira os 10% do PIB para a educação pública. E o movimento estudantil da PUC-SP participou desse dia organizando uma aula pública

para defender a educação, que ocorreu em frente à praça de alimentação, onde fica o bandejão, no fim da tarde. Os participantes do debate foram: APROPUC; Coletivo de Negras e Negros, Frente Feminista, Frente LGBT e Cursinho Popular da PUC-SP; ANEL; Oposição de Esquerda da UNE; MUP.



MARCELAREIS

Na PUC-SP uma aula pública discutiu a situação da educação no país

## PEC da maioria penal continua a ser discutida no CCJ

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) adiou a análise prevista para esta quinta-feira, 26/3, da proposta de emenda à Constituição (PEC) que reduz de 18 para 16 anos a maioria penal. Uma nova sessão para votar o texto foi marcada para o dia 30, segunda-feira, às 14h30.

De acordo com o regimento, as comissões são proibidas de deliberar no momento em que houver votação em plenário. E no início da sessão da CCJ, o de-

putado Alessandro Molon (PT-RJ) exigiu que a ata da reunião desta quarta-feira fosse discutida. O objetivo era postergar ao máximo a reunião a fim de evitar a votação da PEC da maioria penal. Os deputados que defendem a proposta criticaram a intenção de Molon.

A redução da maioria penal vem sendo criticada por entidades de defesa dos direitos humanos e por diversas associações e sindicatos.

## Andes lança cartilha do Encontro Nacional Educação de 2014

Na última quinta-feira, 26/3, o Ministério da Educação (MEC), a CSP-Conlutas e ANDES-SN, todas entidades que integram o Comitê Nacional em Defesa dos 10% do PIB para a Educação Pública, Já!, se reuniram para lançar a cartilha com o resultado do I Encontro Nacional Educação (ENE), de 2014.

A cartilha é fruto da discussão das principais bandeiras da luta em defesa da educação pública, se baseando em sete eixos que impulsionaram os debates do ENE: o financiamento da educação pública; a democratização da educação; o acesso e permanência; o passe livre e transporte público; a privatização e mercantilização da educação das creches à pós-graduação; a precarização das atividades dos trabalhadores da educação; e a avaliação meritocrática na educação.

Segundo Olgaíses Maués, que é coordenadora do Grupo de Trabalho de Políticas Educacionais do ANDES-SN, "A cartilha vai ser uma ferramenta fundamental para rearticular os fóruns estaduais e municipais e servir de roteiro para o debate.

O material deverá cumprir um papel fundamental de traduzir o que foi já discutido e produzido para contribuir nos debates em nível local, que deverão ser fundamentais para a preparação do II ENE, que acontecerá em 2016”.

# ROLA NA RAMPA

## "A Desconstrução de um Sonho" é lançado na APROPUC

O livro "A Desconstrução de um Sonho", de autoria do psiquiatra Paulo César Sampaio, foi lançado na quinta-feira, 26/3, a noite, na APROPUC. Mediado por João B. Teixeira Silva, diretor da APROPUC, o lançamento contou com um debate composto pela Prof. Dra. Lúcia Pissolatti (PUC-Campinas), Prof. Ms. Leonardo Massud, Dra. Carmem Silva M. Barros (USP) e a Prof. Dra. Bia Abramides, além do autor. O livro trata do sofrimento de pessoas que cometeram delitos devido à transtornos mentais e são expostos à Hospitais de Custódia. É comum abuso e maus tratos nessas instituições que não dão acompanhamento psicológico necessário aos pacientes.



MARCELA REIS

A mesa do debate na sede da APROPUC

Além disso, procura mostrar um horizonte para o tratamento humanizado que visa inserir tais pessoas na sociedade, tendo os direitos humanos como base. O Coletivo Tortura Nunca Mais, a Associação

de Mães e Familiares de Presos e Presas do Estado de São Paulo, APROPUC e o Fórum Permanente dos Ex-presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo apoiaram o evento

## APROPUC e Fundasp começam discutir acordo interno

Na quarta-feira, 25/3, a diretoria da APROPUC e a Fundação São Paulo, Fundasp, através de seu secretário-executivo, padre Rodolpho Perazzolo iniciaram a discussão do acordo interno dos professores. Em princípio as mudanças sugeridas pela Fundasp e pela APROPUC são pontuais, referindo-se fundamentalmente às atualizações monetárias que pouco alterarão o acordo, portanto existe a perspectiva que já nesta semana um novo texto seja assinado. Quanto à dívida dos 7,66% do dissídio de 2005, o secretário afirmou que ela já começará a ser paga em abril, independente da homologação do texto. Assim, já no próximo pagamento

os professores que não assinaram o acordo com a Fundasp em 2010 terão acrescidos 1% ao seu salário e os que assinaram terão incorporados aos seus salários os valores que antes recebiam a título de vantagem pessoal. A primeira parcela da dívida para aqueles que não assinaram o acordo será encaminhada pela Fundasp ao Sinpro-SP até o dia 30/4. Já quanto ao dissídio 2015, cujas negociações foram interrompidas pelas mantenedoras, a Fundasp deverá fazer uma antecipação de 5% em abril, caso as negociações não sejam concluídas até o final do mês. A cesta de índice dos professores indicou um reajuste de 7,41% nos salários de fevereiro.

## Coletivo 3 Rosas realiza mais uma sessão de seu Cineclube

O Coletivo Feminista 3 Rosas, composto por mulheres da FAFICLA, realizou no dia 24/3 mais uma edição de seu Cineclube, com a exibição do filme "Tão Longe é Aqui", da jornalista Eliza Capai. O filme aborda a vida de mulheres de diferentes culturas que conheceu quando viajou durante um ano pela África, seguido de um debate sobre o filme. Para conhecer melhor o coletivo e se informar sobre as reuniões semanais, entre no grupo do Facebook em <https://www.facebook.com/groups/229446000534708/?fref=nf>.

## Prorrogado edital de bolsa-alimentação

Ainda está disponível no site da PUC-SP o edital de seleção de subsídio-alimentação de 50% para preenchimento de vagas remanescentes, para alunos com perfil de necessidade financeira, para a realização de uma refeição diária, nos campi Monte Alegre e Marquês de Paranaguá. São 561 vagas de subsídio-alimentação, que poderão ser concedidas aos alunos de Graduação ou Pós-Graduação, no bandeirão dos restaurantes Sodexo do Brasil Comercial e Maria Naide de Oliveira ME. As inscrições vão até o dia 6/4. Leia o edital no site da universidade em <http://www.pucsp.br/sites/default/files/img/aci/rema.pdf>.

## Ex-aluno lança livro jurídico

O ex-aluno da PUC-SP João Armando Moretto Amarante, formado no curso de Direito em 2004, lançará no dia 7/4, às 18h30, na livraria Martins Fontes (AV. Paulista, 509), o livro "Lei de Greve Comentada", da Editora Almedina Brasil. A obra aborda os aspectos mais importantes da Lei 7783/89, que assegura o direito de greve.

## Evento sobre pintura digital na PUC-SP

Nos dias 9 e 10/4, o campus Marquês de Paranaguá recebe o evento Desenho e Pintura Digital, com participação de Luiz Celestino. No dia 9, a partir de 9h30, o tema será abordado em uma palestra, e às 14h, e em um workshop. No dia 10, às 14h, haverá novamente um workshop. O evento é organizado pela Oficina Leonardo & NuPHG, do Pós em Tecnologias da Inteligência e Design Digital (TIDD).